

Rui Maia Diamantino
(Organizador)



As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena
Editora
Ano 2019

Rui Maia Diamantino

(Organizador)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309 1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

SUMÁRIO

I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

CAPÍTULO 1 1

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara
Lia Machado Fiuza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.9521903091

CAPÍTULO 2 13

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9521903092

CAPÍTULO 3 29

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa
Jéssica Hellen dos Santos Araújo
Severino Bezerra da Silva
Suelídia Maria Calaça
Márcia Albuquerque Alves

DOI 10.22533/at.ed.9521903093

II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 4 41

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos
Idorlene da Silva Hoepers

DOI 10.22533/at.ed.9521903094

CAPÍTULO 5 53

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
João Dehon da Rocha Junior
José Evangelista de Lima
Stenio de Brito Fernandes
Geraldo Mendes Florio
Eliane Cota Florio
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros
Débora Tereza dos Santos Meneses
Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903095

CAPÍTULO 6 63

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.9521903096

III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE

CAPÍTULO 7 87

ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE

Roana de Jesus Braga

Mariele Rodrigues Correa

DOI 10.22533/at.ed.9521903097

CAPÍTULO 8 98

FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE

Alan Ehrich de Moura

Heloisa de Freitas Pacifico

Bernardino Fernández Calvo

DOI 10.22533/at.ed.9521903098

IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 9 107

INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Camila Morais da Rocha

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

João Dehon da Rocha Junior

José Evangelista de Lima

Geraldo Mendes Florio

Eliane Cota Florio

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Débora Tereza dos Santos Meneses

Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903099

CAPÍTULO 10 117

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA

Wilmar Borges Leal Junior

Robert Mady Nunes

Nailson Martins Dantas Landim

Lucyano Campos Martins

Haryson Huan Arruda da Silva Santos

Delfim Dias Bonfim

Douglas Ferreira Chaves

Suzane Aparecida Cordeiro

Helaís Santana Lourenço Mady

DOI 10.22533/at.ed.95219030910

CAPÍTULO 11	126
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.95219030911	
CAPÍTULO 12	138
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.95219030912	
CAPÍTULO 13	147
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
DOI 10.22533/at.ed.95219030913	
CAPÍTULO 14	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.95219030914	
V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS	
CAPÍTULO 15	169
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95219030915	
CAPÍTULO 16	184
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95219030916	
SOBRE O ORGANIZADOR	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR

Samuel Carvalho Rebouças

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(UERN), Mossoró/RN

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(UERN), Mossoró/RN

Stenio de Brito Fernandes

Secretaria da Educação e da Cultura do Estado
RN (SEEC/RN), Mossoró/RN

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do RN (IFRN), Mossoró/RN

José Evangelista de Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(UERN), Mossoró/RN

Francinilda Honorato dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Educação,
(POSEDUC/UERN),

Eliane Cota Florio

Programa de Pós-Graduação em Educação
(POSEDUC/UERN), Mossoró/RN

RESUMO: Esta pesquisa versa sobre a produção de desenvolvimento e inovação tecnológica na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Objetiva refletir acerca da aprendizagem vivenciada por discentes com

deficiência física no contexto acadêmico, com vistas à consolidação e ampliação de uma prática educacional que atenda aos princípios da educação inclusiva. A partir da inserção de discentes com deficiência física na UERN, cresce a preocupação com o uso de tecnologia assistiva, inovação de metodologias e desenvolvimento de práticas educacionais que permitam a adequação para a acessibilidade pedagógica e de aprendizagem dos discentes. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação a partir das técnicas de entrevistas semiestruturadas e de profundidade com dois discentes com deficiência física (pessoa usuária de cadeira de rodas), um do Curso de Ciência da Computação e o outro do Curso de Letras. O estudo permitiu-nos conhecer a história acadêmica dos discentes com deficiência física, bem como constar as práticas e metodologias que são utilizadas pelos docentes, buscando alternativas para superar as barreiras de aprendizagem. Depreendemos que é preciso repensar o fazer pedagógico acreditando na promoção e no acesso ao conhecimento com equidade, autonomia e independência.¹

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Física, Inovação, Tecnologia Assistiva, Ensino Superior.

1 Esta pesquisa é parte de um projeto apresentado por um aluno bolsista do Curso de Direito do Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que foi aprovado para o 15º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica, 2017, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

NOT TO SAY THAT DO NOT SPOKE OF FLOWERS: INNOVATING PRACTICES, WEAVING METHODOLOGIES AND FITNESS FOR WHEELCHAIR STUDENTS OF TERTIARY LEVEL

ABSTRACT: This research deals with the production of technological development and innovation at the State University of Rio Grande do Norte (UERN). It aims to reflect on the learning experienced by students with physical disabilities in the academic context, with a view to consolidating and expanding an educational practice that meets the principles of inclusive education. From the insertion of students with physical disabilities at UERN, there is growing concern about the use of assistive technology, methodological innovation and the development of educational practices that allow the adaptation to the pedagogical and learning accessibility of the students. The methodology used was the action research based on the techniques of semi-structured and depth interviews with two students with physical disabilities (wheelchair user), one from the Computer Science Course and the other from the Course of Letters. The study allowed us to know the academic history of students with physical disabilities, as well as to note the practices and methodologies that are used by teachers, seeking alternatives to overcome learning barriers. We realize that it is necessary to rethink the pedagogical practice, believing in the promotion and access to knowledge with equity, autonomy and independence.

KEYWORDS: Physical Deficiency, Innovation, Assistive Technology, Tertiary level.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre a produção de desenvolvimento e inovação tecnológica na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Com a entrada, na UERN de discentes com deficiência física, cresce a necessidade do desenvolvimento de tecnologia assistiva, inovação de metodologias e desenvolvimento de práticas educacionais, que permitam a adequação para a acessibilidade pedagógica e de aprendizagem dos referidos discentes.

A UERN soma, hoje, 185 discentes com deficiência dentre os quais, 83 com deficiência física. Daí a necessidade intensa de identificar demandas de tecnologia assistiva que atenda a esses discentes, com vistas a promover tecnologias para a qualidade da aprendizagem e inserção do aluno ao mundo do trabalho.

A questão central que guiou o percurso da pesquisa foi: que instrumentos e inovações precisam ser pensados e desenvolvidos, para à acessibilidade educacional e crescimento acadêmico de alunos com deficiência física? Objetiva refletir acerca da aprendizagem vivenciada por discentes com deficiência física no contexto acadêmico, com vistas à consolidação e ampliação de uma prática educacional que atenda aos princípios da educação inclusiva.

Partindo da ideia que a universidade tem um papel articulador no ensino, pesquisa e extensão, destacamos as políticas de Inclusão da UERN, através da Diretoria de

Políticas e Ações Inclusivas (DAIN). A DAIN é um órgão que tem a finalidade de contribuir com a inclusão de discentes com deficiências viabilizando: acesso aos conhecimentos, informações, relacionamentos sociais e ambientes de estudos. As atividades desenvolvidas pela DAIN baseiam-se nas Legislações Nacionais e Internacionais de Educação sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) trouxe avanços pertinentes para as pessoas com deficiência, pois retira a exclusividade de atribuição da deficiência à pessoa e divide atribuições e obrigações ao Estado e a diversos setores da sociedade. A DAIN trabalha de forma incansável para atuar nos três princípios que fundamentam as universidades – ensino, pesquisa e extensão, e para garantir e efetivar a inclusão de discentes com deficiência, nos diferentes cursos de extensão que são ofertados, tais como: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Ledor²; Orientação e Mobilidade; Formação Continuada-Conceitos e Práticas em Educação Especial e Inclusão.

A UERN dispensa todos os esforços na trajetória para a efetivação dos direitos de seus discentes com deficiência, com especial relevância atenta para as necessidades de adaptações para os discentes com deficiências. As adequações metodológicas, avaliativas, curriculares e de tempo são, a cada dia, trabalhadas junto aos docentes pelos momentos de lacunas que são explicados pela formação inicial do professor. É fundamental a busca pela formação continuada para vencer as barreiras da formação inicial.

Ademais, o capítulo encontra-se organizado em três partes: na primeira apresentaremos por uma pista metodológica, na segunda parte, enfocamos os desdobramentos e possibilidades do processo de inclusão e na última parte, apontamos as considerações.

POR UMA PISTA METODOLÓGICA

Utilizamos a metodologia da pesquisa-ação que busca conhecer a realidade para intervir na mesma. Segundo Thiollent (1998) a pesquisa-ação é aquela que consiste em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Tem como objetivo provocar uma mudança ativa para o grupo em que será aplicada.

Como aporte teórico nos embasamos nas ideias de alguns estudiosos, como: Thiollent (1998); Diniz e Vasconcelos (2004); Voivodic (2008) e ainda em documentos legais, que abordam sobre a temática estudada, como: Brasil (1989, 1994, 1996, 1999, 2000, 2004, 2015).

Quanto às técnicas de pesquisa fizemos uso de entrevista semiestruturada. A entrevista de profundidade, foi realizada em 2017, individualmente em rodas de

2 Aborda conceitos sobre a pessoa com deficiência visual e a leitura.

conversa, com registros fotográficos e transcrições imediatas das narrativas, com dois discentes com deficiência física (pessoa usuária de cadeira de rodas): um do Curso de Letras e o outro, de Ciência da Computação da UERN. Desse modo, os sujeitos narraram sobre suas necessidades de aprendizagem e expectativas de inovação e mudanças como também, quanto as possibilidades tecnológicas educacionais para a superação das barreiras de aprendizagem.

A partir das interpretações das narrativas analisamos a formação, a história da escolaridade e a vida acadêmica dos discentes envolvidos nas atividades. Feito isso, fizemos o levantamento das barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência em sala de aula e os limites impostos pelas metodologias e didática utilizadas pelos docentes. Os discentes apresentaram como percebem as limitações e como fazem a leitura dos espaços e de suas necessidades.

Com os resultados organizamos fichas/desafios contendo reflexões e juízo de valor sobre as questões apresentadas. Foram elencados os desafios e dificuldades mais frequentes. Finalizamos com a elaboração de metodologias, técnicas e inovações apresentadas aos docentes. Contemplamos, ainda, itens relativos aos materiais didático-pedagógicos, adaptados ou criados, especialmente para os discentes com deficiência.

DESDOBRAMENTOS E POSSIBILIDADES DO PROCESSO DE INCLUSÃO

Com o desenvolvimento do trabalho, compreendemos as necessidades de adaptação, inovação tecnológica, transformação e intervenção para os discentes com deficiência física, considerando a necessidade de adequações previstas no Decreto Federal 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Quanto à Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

As discussões atuais sobre deficiência, acessibilidade e inclusão, bem como o aumento da entrada de discentes com deficiência na UERN tem ampliado as discussões e consolidado ações na busca de superação de barreiras físicas, tecnológicas, atitudinais, procedimentais e conceituais direcionando para a disseminação e convicção da necessidade de saberes, tecnologias e práticas inclusivas. Ensinar discentes com deficiências e necessidades educacionais especiais é um desafio para todos, sobretudo um aprendizado e (Auto) Formação.

É notório o aumento do número de discentes com deficiências e necessidades

educacionais especiais na instituição, fruto, sobretudo, de um esforço coletivo de apoio ao ingressante nos diferentes cursos ofertados pela UERN ressaltando-se que a entrada é apenas uma das preocupações, mas a continuidade do estudo com qualidade, tem sido, no entanto, o maior desafio da UERN. Para isso, é necessário repensar ações que são dirigidas aos discentes com deficiência física e compreender e dominar o conhecimento construído em sala de aula, através de inovação e práticas educacionais e tecnologias que promovam a aprendizagem e inclusão adequada a sua condição.

As políticas de inclusão são efetivadas na UERN por meio do apoio da DAIN, e dos seus profissionais que compõem as divisões especializadas, que executam ações para atender e acompanhar diretamente os discentes com deficiências e necessidades educacionais especiais como a utilização e cessão de material tecnológico assistivo; por meio de: suporte técnico de escaneamento de material impresso (livros, manuais, apostilas e outros); com os serviços de orientação e mobilidade; com a formação na área de acessibilidade, dentre outros serviços e ações.

Essa diretoria tem mantido um diálogo constante com as unidades acadêmicas da UERN na busca incessante de promover formação a professores e corpo técnico, a fim de capacitá-los ao atendimento desse público em suas especialidades, bem como dar-lhes as informações e orientações pedagógicas pertinentes às práticas pedagógicas inclusivas.

Na sua atuação externa, a DAIN estabelece intercâmbios de cooperação com outras instituições educacionais em nível local, regional, nacional e internacional, que visam contribuir para o estudo das dificuldades envolvidas na produção do conhecimento na área de Educação Especial e Inclusão. Há a necessidade de um trabalho intenso, considerando os discentes e comunidade acadêmica de forma geral, professores, técnicos, que dependem da Política de Inclusão da UERN, que, para nossa realidade apresenta dentro da consonância com o Decreto nº3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, as seguintes situações: visual, física, auditiva, motora e intelectual.

Com a mesma intensidade, busca alternativas para questões centrais relacionadas ao ensino (educação formal), mas também para iniciativas nos espaços não formais e informais. Essa missão encontra-se compatível às novas exigências sociais e educacionais que se espera de uma instituição educativa, bem como dos seus profissionais. Acresce, às exigências acima postas, hoje, para os sistemas de ensino, a saber, o relevo que tem sido dado às políticas voltadas para as pessoas com deficiências. A universidade já deu seu primeiro passo em receber alunos com deficiência, conforme o determinado na Constituição 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Nessa linha de raciocínio, os discentes entrevistados durante o desenvolvimento do projeto, narraram sobre as oportunidades que estão sendo oferecidas para seguirem na vida acadêmica e se tornarem profissionais incluídos na sociedade. Cabe ressaltar que a discussão sobre inclusão, hoje, em vários países, atravessa uma fase

de profundas reflexões. Pois, assim como afirma Diniz e Vasconcelos (2004, p. 135-136):

Para realizar a inclusão, é preciso uma postura crítica dos docentes, dos discentes em relação aos saberes acadêmicos e à forma como eles podem ser trabalhados e assimilados. Isso implica considerar que a escola não é uma instituição pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos professores e alunos, em um processo que requer diálogos nos coletivos de trabalho, na relação com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento.

Percebe-se, dessa forma, a relevância de trabalhar de maneira conjunta no processo de inclusão. Diante disso, a aproximação com os discentes oferece pistas para o trabalho docente, considerando que os discentes com deficiência, ao narrarem sobre suas situações limites, permitem, no diálogo, a construção de novos saberes. Essas mudanças advêm de plurais entendimentos e vão gerando ações e inovações no dia a dia da academia, voltadas para atender situações previstas nos documentos e dispositivos em torno da inclusão de todos em diferentes segmentos sociais, a exemplo do que repisa a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, e seu protocolo Facultativo, em que o Brasil é signatário desde 2008.

O processo de reforço sobre este olhar para a inclusão atravessa vários documentos, diferentes leis e inúmeros dispositivos. Conferências apontam para a ampliação e redefinição do conceito de inclusão, para a busca da inserção da pessoa com deficiência em toda a dinâmica da sociedade com autonomia e independência, para promoção do olhar reflexivo sobre a remoção de barreiras, alargamento dos estudos e estratégias específicas para cada deficiência, alerta para o uso das tecnologias assistivas, e a chamada à reflexão de toda a sociedade no sentido da compreensão e sensibilização quanto ao olhar de alteridade sobre o outro.

Destacamos que os documentos: Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, de 1983; Declaração de Salamanca, de 1994; Convenção de Guatemala de 2001; Convenção de Salamanca, em 2008; Direito das Pessoas com Deficiência, convocam à luta pela inclusão ao trazerem, em seus textos, o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à educação, apontando para a responsabilidade dos Estados partícipes de assegurar um sistema educacional em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida.

Neste contexto, com as discussões em nível mundial, o movimento de inclusão, no Brasil, abre caminho ganhando força a partir da Liga Mundial pela Inclusão, da Liga Internacional pela Inclusão do Deficiente Mental, e com a Conferência Mundial sobre Necessidade Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, em 2004. Nesta conferência a educação para todos tem sua bandeira de luta e defesa da diversidade. Cabe salientar que a luta pelos direitos humanos tem seus princípios na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, conforme aponta Voivodic (2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, estabelece que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sobre alegação de deficiência.

Outro documento importante trata-se do Decreto Federal Nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Plano Viver Sem Limite. Neste plano, o Governo Federal promoveu, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pelo direito das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Destacamos, dentre as diretrizes propostas pelo Plano Viver sem Limites: II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, [...]; III - ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional; VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

Com base no que prescreve a legislação federal para as pessoas com deficiências, na política de inclusão da UERN, fundamentado pelas leis federais, pelas convenções internacionais e seus protocolos facultativos, argumentamos a respeito das ações que devem ser pensadas com vistas às políticas educacionais, sociais, públicas em alinhamento, principalmente, à acessibilidade e à efetivação dos direitos das pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES

As discussões atuais sobre deficiência, acessibilidade e inclusão, bem como o aumento na entrada de discentes com deficiência na UERN tem ampliado as discussões e consolidado ações na busca de superação de barreiras físicas, tecnológicas, atitudinais, procedimentais e conceituais direcionando para a disseminação e convicção da necessidade de novos saberes, novas tecnologias, e novas práticas.

Destacamos que as políticas de inclusão são efetivadas na UERN por meio do apoio da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), e dos profissionais que compõem as divisões especializadas da referida instituições. A UERN vem na busca incessante de promover formação a professores e corpo técnico, a fim de promover uma educação inclusiva mediante estudo, pesquisa, extensão, debates e intervenções técnicas especializadas, assim como disponibilizar Tecnologias Assistivas (equipamentos especiais, ajudas técnicas, softwares etc.) para que alunos, professores e servidores da instituição possam ter acesso aos conhecimentos, informações, relacionamentos

interativos e ambientes de estudo, com a diminuição constante de possíveis entraves provocados por barreiras, tornando assim a academia um ambiente democrático e salutar ao desenvolvimento intelectual de todos aqueles que desejam dedicar-se aos estudos e pesquisas acadêmicas.

Os discentes com deficiência física por nós entrevistados durante a execução do projeto em tela, apontam a necessidade de adequações físicas, atitudinais, procedimentais, conceituais e, destacam a mudança de paradigmas na prática educativa e de um olhar inclusivo sobre as pessoas com deficiência para além da deficiência. Ademais, a aprendizagem vivenciada por discentes com deficiência física no Ensino Superior tem sido ampliada de forma eficiente a partir de movimentos universitários internos e da conscientização da sociedade, juntamente com a normatização. Tem sido de extrema importância o avanço tecnológico das tecnologias assistivas. Mas, o grande entrave em torno delas é o alto custo. Porém essa realidade vem, gradualmente, se modificando graças ao apoio à inclusão das instituições de Ensino Superior.

Inferimos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, compreendendo as práticas, metodologias e adequações desenvolvidas em sala de aula, sendo o intuito de construção de tecnologia assistiva, inovação tecnológica para o atendimento aos alunos com deficiência física, em especial os usuários de cadeira de rodas, com fito de garantir acessibilidade e aprendizagem, pautando-se por um processo inclusivo de aprendizagem. Permitiu-nos conhecer as histórias de escolaridade e acadêmica dos discentes com deficiência física, pois a meta foi a de entendê-los como sujeitos históricos e construtores da sua própria vida; bem como constar as práticas e metodologias que são utilizadas pelos docentes, buscando alternativas para superar as barreiras de aprendizagem.

Depreendemos que é preciso repensar o fazer pedagógico acreditando na promoção e no acesso ao conhecimento com equidade, autonomia e independência. Assim o estudo permitiu também, uma reflexão acadêmica sobre a relação pedagógica entre professor, discente com deficiência física e práticas educacionais, preocupando-se com o processo de aprendizagem pautado na inclusão, no êxito de aprendizagem do aluno com deficiência e um repensar para a formação de discentes e professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de nº 3.298, de Dezembro e 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso: 12 mai. de 2017.

BRASIL. **Decreto de nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004**. Dispõe de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso: 15 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais. Adaptações curriculares de grande porte. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. **LEI Nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BRASIL. **Lei no 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso: 15 mai. de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação. Disponível em: <www.ldb/mec.gov.br>. Acesso: 12 mai. de 2017

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE**, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso: 22 mai. 2017.

DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes. **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos**- Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004- (Série Educador em Formação).

THIOLLENT, Michel J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

D

Desigualdade Social 47

E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

F

Formação de Leitores 126, 127

G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

M

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

S

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

T

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

V

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-595-2

